

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

ATA Nº 004

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - ...já que terça-feira, às 09:00 horas, eu estarei na Secretaria Estadual de Educação com ele, para conversar com a Secretária Ana Carla a respeito do transporte escolar. Isso é um absurdo! Isso é um crime! Isso é crime! Isso é caso de bloquear o dinheiro do Estado de Mato Grosso, porque os alunos aqui não estão tendo acesso à educação, não estão tendo acesso à escola. A primeira criança que eu fui abraçar lá fora antes de entrar, eu falei: E aí, minha filha, você estuda? Ela respondeu: “Não, tio. Eu não estudo.” Foi uma surpresa. Eu falei: Mas como que você não estuda? “Não, porque o ônibus não está indo lá me buscar.”

Cadê a menininha que quando eu a cumprimentei, perguntei e ela falou que não estuda? Cadê a menininha? É essa daqui. Levante-se, filha. Pode se levantar. Para mim, foi um absurdo o que ouvi. Eu fiquei extremamente assim... Eu falei brincando com ela: E aí, filha, você estuda? Que série você estuda? “Não, eu não estudo.” Gente, não dá!

Eu passo a palavra ao engenheiro Carlos Alberto, que vai fazer a palestra e dispõe de dez minutos. A gente aprende perguntando. Eu conheço o trabalhador. O trabalhador não gosta de uma fala muito longa. Eles gostam de fazer pergunta para aprender. Então, você faz a palestra e depois abriremos a palavra para o debate.

O SR. CARLOS ALBERTO - Primeiramente, boa-tarde a todos!

O Crédito Fundiário é um programa do Governo Federal. Aqui no Estado de Mato Grosso, ele foi implantado na Secretaria de Desenvolvimento Rural, em Cuiabá. Nós fazemos parte de uma empresa que está trabalhando com o Crédito Fundiário, eu e a engenheira agrônoma Diane.

Nós estamos na região sul, com a empresa situada em Rondonópolis, apresentando as propostas do Crédito Fundiário em todos os municípios da região sul. Esse programa tem por objetivo dar acesso à terra aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais que não têm ainda esse acesso à terra.

O programa financia até 40 mil reais para cada família. A terra pode ser comprada em grupo ou individualmente. Em grupo, cada um acessa os 40 mil, junta-se o dinheiro suficiente para comprar uma fazenda, compra-se a fazenda e ela é dividida com todas as famílias.

Outro detalhe importante é o seguinte: desses 40 mil, até 09 mil reais, vocês poderão aplicar em moradia, água, estrada e um início pequeno de produção; 31 mil reais são para adquirir a terra, pagar o fazendeiro, pagar o cartório, pagar o imposto da prefeitura, pagar o licenciamento ambiental e o projeto de topografia, a divisão em lotes. Esses 40 mil são aplicados dessa forma.

Além disso, nós precisamos saber quem está apto a entrar no programa. Essa parte eu vou passar a engenheira Diane explicar para vocês.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

A SR<sup>a</sup> DIANE - Boa-tarde!

Que tipo de trabalhador rural pode ser financiado pelo Crédito Fundiário? Tem que ser pequeno produtor; ter no mínimo cinco anos de experiência rural nos últimos quinze anos; ter patrimônio familiar, no máximo, de trinta mil por ano; não ser beneficiário do INCRA, do INTERMAT ou do Banco da Terra; não ser aposentado, ter no mínimo, até 65 anos de idade; não pode ser funcionário público, nem o beneficiário e nem a esposa; não ser possuidor de herança de imóvel rural; e o principal, residir no local, ou próximo dele, numa distância que dá para ir todo o dia na propriedade.

O SR. CARLOS ALBERTO - Bem, ainda temos aqui algumas explicações a respeito do prazo de pagamento e carência. Esse financiamento tem um prazo de carência de dois anos. Durante os dois primeiros anos, vocês não têm a parcela de pagamento do financiamento. No terceiro ano, vocês começam a pagar. Aí vocês vão pagar durante quinze anos, uma prestação por ano, que é um tipo de pagamento.

Agora, existe uma particularidade, que é uma proposta da nossa empresa para o Crédito Fundiário. Essa proposta está sendo trabalhada junto à Secretaria de Desenvolvimento Rural, junto aos representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário aqui em Mato Grosso também, que é, mais ou menos, a seguinte: nós temos o objetivo principal de viabilizar a agricultura familiar. Eu estive há pouco tempo fazendo uma pesquisa nos assentamentos convencionalmente realizados há um tempo, assentamentos de vários anos, cinco anos, sete anos, dez anos, etc. Nós fizemos um levantamento com cem famílias que estão assentadas. Nós percebemos que o problema maior que essas famílias assentadas possuem hoje é a carência tecnológica. A tecnologia não tem chegado aos assentamentos com a força, com o vigor que precisa, para que se possa produzir com qualidade, em quantidade suficiente para gerar renda para que vocês sobrevivam de forma digna. Falta tecnologia para todos. Esse é um problema sério.

Nesse levantamento que nós fizemos, isso ficou bem claro pelo seguinte: dos cem produtores, a média de produção de arroz por hectare girou em torno de quatro a cinco sacas por hectare. Enquanto isso, gente, o grande produtor está produzindo sessenta, setenta, oitenta sacas. A nossa tecnologia está muita atrasada, muito aquém. Nós precisamos dar um reforço tecnológico aos assentamentos.

Milho, estão produzindo uma média de sete a oito sacas de milho por hectare, a média. Tem alguns produzindo mais, mas tem alguns produzindo bem menos.

Leite, lá na região que nós fizemos isso, foi na região de São José do Povo, cada produtor está produzindo, mais ou menos, em média, três litros de leite por vaca. Dois a três litros, em gado que pode produzir de dez a quinze litros.

Então, o problema da tecnologia nos assentamentos é muito sério, é muito grave. Nós queremos aqui pedir ao Deputado Zé Carlos do Pátio que observe muito atentamente essa questão, porque isso aí pode ser o calcanhar de Aquiles para salvarmos a agricultura familiar.

Então, o que ocorre? A nossa empresa está propondo para a implantação de novos assentamentos, pelo Crédito Fundiário, que não é mais um assentamento de graça... Não se tem terra de graça. O Programa de Crédito Fundiário vai financiar um recurso para vocês comprarem uma terra. Vocês vão ter que pagar essa terra. Terão que fazer o pagamento durante quinze anos. E para isso, há necessidade da renda suficiente para pagar esse financiamento.

Nesse ponto, nós estamos com a proposta de trazer às pessoas, aos grupos que vão para cada assentamento novo que nós vamos montar, um pacote tecnológico sobre todas as atividades que tiverem naquele assentamento. Uma discussão profunda, com videocursos, com

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

técnicos para dar treinamento sobre cada atividade que vai ser implantada. Essa é uma proposta para nós podermos aumentar a produtividade. É um lado da moeda.

Outro lado é o seguinte: nós precisamos aprender a fazer uma coisa com a nossa produção, agregar valor. O que quer dizer isso? Industrializar a produção agrícola nos assentamentos. Se tem mandioca, por que não transformar essa mandioca numa farinha boa, numa farinha de qualidade, numa farinha que todo mundo vai querer comprar? Eu vi isso, hoje, no *Globo Rural*. Passou um assentamento lá do Nordeste, não sei das quantas, onde o SEBRAE está fazendo um puta trabalho para melhorar a qualidade da farinha. Todo o assentamento entrou no projeto e estão se dando muito bem, produzindo só mandioca. Por que a gente não pega o nosso leite e não o transforma em queijo, em iogurte. Não pasteuriza o leite por quê? Nós damos conta disso.

Nos nossos projetos da alternativa, nós descobrimos que é possível o produtor entrar num assentamento novo, montar laticínio, montar fábrica de rapadura, monta fábrica de farinha, montar abatedor de frango, montar câmara fria para poder guardar os seus produtos que precisam ser congelados, etc. Nesses assentamentos antigos não houve isso. Agora, pelo Crédito Fundiário é possível fazer isso.

Então, quem já está assentado, logicamente, não pode participar do Programa de Crédito Fundiário, mas quem não está assentado, quem tem um parente que não está assentado, pode encaminhá-lo para o Crédito Fundiário. No Crédito Fundiário, ele vai ter essa oportunidade.

Vocês vão ver uma nova realidade da agricultura familiar. Nós queremos viabilizar, pelo Crédito Fundiário, assentamentos, onde vai ter muito mais conforto, vai se pagar todas as dívidas em dia e as pessoas vão viver com dignidade, com o máximo de dignidade possível, numa área muito melhor que as antigas, porque nós vamos aplicar tecnologia, agregar valor e vamos fazer mais uma coisa que nós já estamos fazendo: buscar o mercado. A comercialização é uma coisa muito importante para poder se trabalhar com os produtos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O ex-Senador Carlos Bezerra acaba de chegar com a Deputada Federal Teté Bezerra.

Eu queria uma salva de palmas e convido-os para comporem a Mesa conosco (PALMAS).

Pode continuar.

O SR. CARLOS ALBERTO - Só para encerrar o que a gente estava falando, nós temos o compromisso de realizar uma atividade de assentamento de famílias que gerem recurso, receita suficiente, renda suficiente para que todo mundo pague suas dívidas e vivam dignamente bem. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Neste momento, eu quero abrir a palavra para as pessoas que querem tirar dúvidas. O Dr. Francisco, antes de sair, ele vai ter um outro compromisso, ele quer usar da palavra e vou passar a palavra para ele.

O SR. FRANCISCO - Eu tenho que falar, meus senhores, porque tenho que fazer uma viagem de quase cinco horas, então, eu tenho que sair agora, senão vou chegar muito tarde lá, onde eu trabalho.

É uma satisfação muito grande estar aqui nesta reunião, a convite do Deputado Zé Carlos do Pátio.

Quero cumprimentar a Deputada Federal Teté Bezerra, o ex-Senador Carlos Bezerra, o Deputado Zé Carlos do Pátio e os demais componentes da Mesa.

É uma satisfação muito grande estar aqui.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Estou vendo na fisionomia de vocês, que vocês são pessoas simples, pessoas que foram assentadas, muitas foram assentadas na época do Senador Carlos Bezerra, principalmente o pessoal do Geraldo Pereira, na época, eu era Prefeito. Então, na época, o Senador Carlos Bezerra e a Deputada Federal Teté Bezerra ajudaram muito.

Deputado Zé Carlos do Pátio, eu acho que é importante essa reunião, principalmente para esse povo que é um povo sofrido. Apesar de todos vocês praticamente que estão aqui terem sua terra, estão com uma dificuldade muito grande em produzir, uma dificuldade muito grande em escoar o produto que vocês plantam. Muitos aqui estão com problemas de estradas, que é uma questão crônica ao longo desses anos.

Eu acho que tem muitos assentamentos que deram certo. Eu acho que se vocês, junto com esses Deputados, eu tenho certeza de que as coisas vão melhorar, porque são pessoas que têm compromissos com o menos, com o pessoal mais humilde e o pessoal trabalhador rural. O Deputado Zé Carlos do Pátio é uma pessoa que tem sempre ajudado vocês. Agora mesmo, lá no Beleza, através dele e da Deputada Federal Teté Bezerra, lutou pela instalação da energia elétrica naquela localidade.

Então, Deputado, eu tenho certeza de que vocês aqui, através dos seus presidentes de associações, vão reivindicar para essas pessoas e eu tenho certeza de que elas vão ajudar. Deputado, muitos estão vendendo os seus lotes porque não têm condições de se fixarem na terra, porque o INCRA, muitas vezes, não está dando condições a esse trabalhador produzir. Muitas vezes eles produzem e não fazem o escoamento da sua safra. E a maior parte está plantando o quê? Capim.

Então, Deputada, capim é uma coisa que praticamente, com o peso da arroba que está hoje, não dá para uma família subsistir. Eu tenho inveja, por exemplo, do pessoal de Santa Catarina. O pessoal lá, com um sítio de dez alqueires, a família toda vive em função daquele sítio de dez alqueires. Por quê? Porque eles produzem vários tipos de lavoura.

Então, o que tem que se fazer? Aqui são vocês que precisam ajudar esse povo. Por exemplo, no Canta Galo, esses tempos, nós tivemos uma reunião. O pessoal não tinha condições de pagar energia. Tinha muitos que pagavam 150 reais de energia. Então, é preciso o apoio de vocês para aquele povo poder subsistir, porque do jeito que está, falta de estrada, falta de escola, falta de ponte, falta de educação, falta de saúde, a tendência deles... Não é só aqui, ouviu, Deputado? Eu estou trabalhando no Município de Paranatinga e estive num assentamento chamado Boa Vista, onde a terra é muito boa. É ótima a terra lá, só que é o seguinte: o INCRA deixa-os lá e, muitas vezes, não dá apoio suficiente.

Era isso aí. Eu tenho que viajar agora. Quero dar um abraço a todos vocês. Eu tenho certeza de que vocês vão ver o que podem fazer por esse povo. Meu muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Vou passar a palavra, agora, à Deputada Federal Teté Bezerra.

Eu quero aqui dizer o seguinte: o PMDB hoje coordena o Ministério de Minas e Energia. Nós estamos, hoje, conseguindo, graças a um trabalho da Deputada Federal Teté Bezerra e do ex-Senador Bezerra, viabilizar eletrificação rural para o Assentamento Beleza que terminou agora, para o Santo Expedito... Agora mesmo o Vereador Joaquim me cobrou a do Grota Vermelha, que está na programação e não foi atendido. Eu quero aqui colocar para vocês uma questão: as coisas estão acontecendo a partir do momento que o PMDB está assumindo esse trabalho aí, inclusive com a Deputada em Brasília. Ela vai poder colocar para vocês o trabalho que vem desenvolvendo, que nós estamos desenvolvendo em defesa dos trabalhadores.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Vou passar a palavra à Deputada Federal Teté Bezerra.

A SR<sup>a</sup> TETÉ BEZERRA - Cumprimento o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, todos os companheiros que compõem a Mesa, os Vereadores e as lideranças locais de todos os assentamentos que aqui estão reunidos nesta tarde.

Deputado Zé Carlos do Pátio, a gente fica muito feliz quando você traz uma Audiência Pública da Assembléia Legislativa para o Município de Juscimeira, exatamente para estar junto com a população, discutindo esses projetos de assentamento e essa questão da reforma agrária aqui no Município de Juscimeira.

Reafirmo que a nossa luta pela reforma agrária é uma luta que sempre aconteceu e vai continuar acontecendo. Eu acho que não é necessário dizer. A luta nossa pela reforma agrária começou há muitos anos. Há mais de trinta anos que a gente fala do pequeno, daquele que tem vocação para produção, daquele que muitas vezes está na cidade e não tem nenhuma qualificação profissional para poder se adequar à ação ou a um trabalho na cidade, mas que tem, sim, a vocação para produzir a terra, para plantar, para tirar dali o sustento para si e sua família. Então, a gente fica feliz de poder estar, nesta tarde, discutindo esses problemas.

Como o Deputado Zé Carlos do Pátio colocou, o Programa Luz para Todos está acontecendo. Há pouco tempo, há poucos meses, eu estive com uma comissão aqui no município, junto com o Dr. Francisco também, que me trazia o problema inclusive do outro programa que havia do Governo passado e das famílias que, inclusive, fizeram o financiamento do Luz no Campo, que foi um programa oferecido pelo Governo Federal na época, mas que desde o início nós sempre dizíamos que era um programa perverso, porque foi muito caro para o produtor poder colocar a luz na sua propriedade.

Agora, no Governo atual, nós estamos vendo o Presidente trazer um outro programa que é o Luz para Todos, sem custo nenhum para o produtor, muitas vezes utilizando a rede feita no Governo passado. A Assembléia Legislativa fez uma Câmara Temática para discutir o problema, para levantar o problema colocado aqui. Nós fomos ao Dr. Santana, que é o Coordenador Nacional do Luz para Todos, para discutir a questão do programa passado, de como é que ficariam esses produtores. E ele chegou à conclusão e disse para mim: “Deputada, esse é um problema que o Governo vai ter que enfrentar, porque a dívida está aí com os produtores”. É aquilo que o Dr. Francisco colocou. É a dívida que fica que, muitas vezes, os produtores não estão tendo condições de enfrentar. Mas ele me disse que o atual Governo espera em poucos anos, talvez em dois ou três anos, dar continuidade a esse programa, independente de quem esteja no poder, para que nós tenhamos a grande maioria do povo, da população que está na zona rural, que está no campo, atendida com o fornecimento de energia rural. Aí sim vai ter que se enfrentar esse problema da dívida passada do programa anterior.

Quero dizer a vocês que estamos atentas a esse nosso problema. Estamos acompanhando em Brasília, junto ao Ministro de Minas e Energia, dizendo da necessidade de enfrentar esse problema e de trazer uma solução. Não é justo aqueles que, por necessidade de produzir, por necessidade, às vezes, de ter um triturador na sua propriedade, de ter um *freezer* para poder manter a produção... Fala, Damasceno.

O Damasceno está dizendo aqui que o pessoal está deixando de comer para pagar a luz. E acreditem, é o custo da energia. Sem contar, Damasceno, o custo que a gente sempre defendeu aqui que fosse reduzido da energia elétrica, que é o ICMS, que são os impostos que recaem sobre a energia. Se bem que na energia rural não tem a carga que tem na energia urbana, mas o custo da energia é extremamente elevado. Mas nós estamos acompanhando isso em Brasília. Estamos na luta

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

para que algumas regiões do Estado que não tinham energia possam ter energia para fornecer aos projetos de assentamento e às famílias que estão no campo, como é a questão do Araguaia e de outras regiões do Estado de Mato Grosso que estão sendo contempladas, ou com a construção do linhão, ou com a construção até de deslocamentos de termoeletricas de outras regiões do Estado que são sendo contempladas pelo linhão, para poder contemplar milhares e milhares de famílias como vocês que estão no campo e que precisam produzir.

Agora, essas famílias estão longe, estão em regiões distantes do nosso Estado. Agora, vocês aqui estão à margem da BR-364. Vocês estão a menos de 200km de Cuiabá, é injustificável que nós não tenhamos energia, que não tenhamos ligações para poder ligar nas parcelas de vocês, para que vocês possam produzir.

Nós sabemos que a condição de ter energia no lote, na propriedade, dá oportunidade para que vocês possam implementar de alguma maneira a produção. Aí, com a chegada do Crédito, com a chegada dos PRONAFs que podem vir além do PRONAF A... O Deputado Zé Carlos do Pátio está me colocando que a grande maioria de vocês já teve acesso ao PRONAF A. Além disso, outros PRONAFs podem vir, o PRONAF Mulher, o PRONAF D, C, o PRONAF Cooperativo, o Floresta, e tantos outros que podem ser acessados e que podem trazer geração de subsídio lá na parcela de vocês. Isso, incrementado com a energia, vai fazer com que, efetivamente, os assentamentos sejam consolidados.

Aquilo que o Dr. Francisco falou é verdade. Quando eu entrei, o primeiro companheiro que eu cumprimentei lá na calçada, perguntei: De que assentamento você é? Ele falou: “Eu era do Beleza, mas já não estou mais lá na minha parcela, estou aqui na cidade.” É um grande equívoco que muitas pessoas têm, achando que ao vender a parcela lá no assentamento e vir para a cidade, vai estar numa situação melhor. Eu garanto que daí a dois, três ou quatro meses, ele estará numa situação pior do que se ele estivesse lá na parcela.

Então, as lutas de vocês já foram muitas. A luta primeira, embaixo de uma lona preta. A grande maioria de vocês esteve dentro de um acampamento para poder ser assentado. A luta do acesso à terra, da divisão dos lotes e dos assentamentos que foram consolidados aqui em Juscimeira, a luta pelo crédito, a luta agora pela energia, todas elas são dignas de vocês que têm a coragem de permanecer lá na parcela lutando pela permanência na reforma agrária.

Fale mais alto. Eu não estou ouvindo.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

A SR<sup>a</sup> TETÉ BEZERRA - Se é só o povo sem-terra que tem vez? Não. Você está fora de um projeto de assentamento?

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

A SR<sup>a</sup> TETÉ BEZERRA - Essa daí é uma outra questão. Eu acho que você tem razão. O motivo da reunião era para falar sobre Crédito Fundiário dos projetos de assentamentos da reforma agrária. Agora, a luta pela questão da água, pela questão da energia, também é uma situação que todos vocês têm que lutar, aí tanto faz ser do campo ou da cidade. Nós temos um Governador do Estado que se elegeu dizendo que iria diminuir os impostos do nosso Estado, e o que estamos vendo são os impostos cada vez mais pesados, tanto para o comércio como para o consumidor de uma maneira geral. Então, essa é uma luta que todos nós temos que ter.

Venha cá. Venha falar no microfone para que todos nós possamos ouvir.

A SR<sup>a</sup> (?) - Teté, por que o povo idoso daqui de Juscimeira não tem vez? Nós cuidamos de uma senhora, Dona Maria, prostrada em cima da cama, mas aqui não tem um lugar sequer para a gente cuidar de pessoas doentes como a Dona Maria. Nós ficamos zelando por ela, eu,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

a Galdina, outras amigas das orações, porque ela não andava mais, não falava mais, doente, com feridas e não agia mais para nada. Então, não tinha um lugar para ela.

Então, eu pergunto para vocês: cadê o direito dos idosos? Quando nós chegarmos a essa idade, nós vamos ficar jogados assim?

A SR<sup>a</sup> TETÉ BEZERRA - Você tem toda razão. Ela está perguntando como é que fica a situação dos idosos, daquelas pessoas que não têm tido o atendimento na área social.

Eu concordo com você. Infelizmente, nós disputamos a eleição aqui e perdemos a eleição. O Dr. Francisco foi o nosso candidato a Prefeito. Vocês se lembram de quando o PMDB teve a oportunidade de estar na prefeitura, quando a gente enfrentou esses problemas sociais que tiveram aqui no município. Mas a luta sempre continua na mão do povo. Nós temos que continuar lutando. A próxima luta que nós vamos ter agora vai ser para Governo do Estado. Eu acho que a gente tem que ter uma discussão correta no momento certo, para a gente poder escolher os nossos governantes, tanto em nível estadual como também em nível municipal. Cada ação dessa que você coloca aqui, a questão da assistência social, a questão do custo da água, da energia, do acesso à terra, do acesso ao Crédito, à energia, tudo isso depende dos nossos representantes em todos os níveis, dos representantes municipais, estaduais e federais. São lutas que eles que vão estar nos representando podem assumir ou não conosco.

Então, para isso serve o voto. Para isso o regime democrático nos traz a alternativa de escolhermos os nossos dirigentes, para que nós tenhamos cada vez mais a consciência de estar escolhendo aqueles que vão estar lutando pelos nossos direitos.

Então, eu quero dizer para vocês que nós queremos continuar lutando com vocês nessas questões. A questão da energia aqui para todos os assentamentos, queremos lutar para que o Comitê Estadual possa atender áreas que ficaram priorizadas no ano passado e que não foram atendidas. Isso não pode acontecer. Nós temos que fazer com que este ano sejam executados, sejam implementados dentro da priorização do Comitê Estadual, para que todos possam ter acesso à energia no seu lote. Essa é uma maneira, sem dúvida alguma, de fixação do homem no lote, é o acesso à energia, é o acesso ao Crédito, é o acesso à produção.

A discussão que o Dr. Francisco coloca aqui é inteiramente importante. Nós precisamos ter consciência do que vamos produzir nesses lotes e para quem vamos vender. Aí nós temos que ver experiências exitosas, Deputado Zé Carlos do Pátio, que têm acontecido em diversas regiões de Mato Grosso. Nós temos o Município de Guarantã do Norte, lá na divisa do Pará, que teve duas administrações de um companheiro nosso do PMDB, o Lutero Siqueira, que inclusive foi executor do INCRA.

Alguém aqui deve lembrar do Lutero quando foi executor do INCRA. Depois que o Lutero foi executor do INCRA, ele foi Prefeito lá em Guarantã. Ele desenvolveu uma conscientização entre os produtores dos projetos de assentamentos da reforma agrária lá no Município de Guarantã. Lá nós desenvolvemos um projeto com o SEBRAE nacional para produzir produtos orgânicos. São cinco produtos orgânicos que estão sendo produzidos lá em Guarantã do Norte e estão sendo exportados para a Alemanha. Essa semana que passou, cinco pessoas lá do Município estavam na Alemanha, negociando com os alemães a produção dos projetos de assentamento lá de Guarantã. Isso é um êxito, com certeza, porque tudo que eles estão produzindo está indo, estão exportando para esse mercado que não tem fim. Tem um mercado enorme consumidor de produtos orgânicos na Europa.

Por quê nós não podemos também fazer a mesma coisa aqui? Usar os créditos, as linhas de crédito que existem dentro dos programas oficiais, para que a gente possa produzir, fazer

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

da nossa produção não apenas a formação de pasto, como o Dr. Francisco colocou, mas a produção de produtos que possam ter um mercado consumidor garantido para poder comprar e adquirir a nossa produção. Nós estamos à margem da BR, muito mais fácil de mandar para o mercado consumidor maior aqui do que esse município que eu acabei de citar, que está a mais de mil quilômetros de Cuiabá. Mas nós precisamos ter pessoas comprometidas com essa luta, que assumam essa luta conosco, junto, e que façam a nossa produção ser um sucesso.

Então, eu quero deixar aqui o meu abraço a vocês. Quero dizer que estamos, em Brasília, acompanhando junto com o Deputado Zé Carlos do Pátio. O Deputado Zé Carlos do Pátio é um grande batalhador, grande estimulador e incentivador da reforma agrária no Estado de Mato Grosso. O Deputado Zé Carlos do Pátio sabe que é através de ações como essa, que pode trazer a inserção social definitiva do homem, da sua família e das pessoas que, efetivamente, precisam ser olhadas pelo poder público, com políticas públicas corretas, sérias, voltadas para a valorização do ser humano.

Eu quero dizer aqui que ações como essas que vocês colocaram, o Deputado Zé Carlos do Pátio estava me dizendo que tem crianças aqui que estão sem estudar, porque não estão tendo transporte escolar. Isso é um absurdo! Nós temos que cobrar do Prefeito e do Governador, porque pelo novo critério do Ministério da Educação, no censo escolar que é realizado nos municípios, está incluída a destinação de recursos para aquisição de transporte escolar. Então, cabe ao Prefeito, cabe ao Governador. Aí temos de cobrar do Secretário de Educação, do Governador, para que faça aqui um convênio aqui com o município, para que o município também possa transportar os alunos da rede estadual. E o Prefeito, através do recurso que ele irá receber do FUNDEB, possa incluir as nossas crianças que estão nos assentamentos da reforma agrária.

Eu quero saber: algum desses assentamentos aqui tem escola construída? Qual? Geraldo Pereira tem escola? A escola é suficiente para as crianças?

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

A SRª TETÉ BEZERRA - Bom, porque é o seguinte: tem um organismo federal que cuida da questão de construção de escolas...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

A SRª TETÉ BEZERRA - Pois é. Para isso tudo, nós temos que fazer uma comissão forte aqui...

O SR. JOSÉ DASMACHENO - A escola é suficiente até a oitava série, lá no Geraldo Pereira de Andrade. Agora, os alunos do Estado estão parados por falta de condução, porque não tem condução para ir para as escolas.

A SRª TETÉ BEZERRA - O Damasceno está dizendo aqui que no Geraldo Pereira tem crianças sem estudar, que já estão no segundo grau. Não tem transporte escolar para levar essas crianças.

Essa denúncia, Damasceno, realmente é muito séria, porque toda criança, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, tem direito a frequentar uma sala de aula. Então, é um direito da criança que não está sendo garantido. Eu estava perguntando se tem escolas, porque o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE prioriza a construção de escola em assentamentos da reforma agrária. Então, se tem necessidade de construção de salas de aulas, de escolas nos assentamentos, o Prefeito tem que fazer essa solicitação ao Governo Federal, e o Governo Federal tem priorizado a construção de escolas em assentamentos da reforma agrária.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Então, é importante que nós coloquemos isso, porque isso é um direito que vocês têm, que têm que estar reivindicado. Quer falar? Use o microfone, fale o seu nome, porque a Audiência Pública está sendo gravada.

A SR<sup>a</sup> REPRESENTANTE DO ASSENTAMENTO BELEZA - Boa-tarde a todos!

Eu sou uma assentada do Assentamento Beleza há oito anos. Para começar, lá tem uma escola que eu conheço há oito anos para nove anos, que chove mais dentro da escola onde a professora dá aula para os meninos de dentro do assentamento. A escola municipal, já passaram vários e vários e vários prefeitos e nenhum deles foi capaz de construir uma escola. Só estão destruindo, cada dia cai uma telha.

A SR<sup>a</sup> TETÉ BEZERRA - Quantas crianças têm lá?

A SR<sup>a</sup> REPRESENTANTE DO ASSENTAMENTO BELEZA - Lá deve ter umas trinta, mais de trinta e cinco crianças que estudam dentro daquela escola e é só uma professora para dar aula para todos esses alunos.

Outra coisa, para o nosso assentamento já saiu o PRONAF, saiu o conselho para alguns, mas nós temos trinta e duas famílias que não ganharam casas no assentamento. Não foram feitas casas para essas pessoas. Eu mesma já fui no INCRA há dois anos, lá o Luiz Barreto fala que já saiu e o Cajango também. O Cajango caiu na real que não saiu até hoje. A EMPAER já comprou a briga. A EMPAER foi de casa em casa no assentamento, tirou foto dos barracos de palha e todo ano constrói barraco novo, porque eles vivem na chuva, no tempo, e até hoje o INCRA não fez nada para essas trinta e duas famílias que estão lá.

Outra coisa, nós temos alunos do Assentamento Beleza que vem aqui estudar em Juscimeira Amanhã, fará trinta dias que eles estão sem aula, porque não tem ônibus e não temos estradas. A estrada do Assentamento Beleza, quem quiser vir para Juscimeira, Jaciara ou Rondonópolis, só de moto ou a pé. Tem que vir por Jaciara fazendo 65km quilômetros, deixando de fazer 30km para fazer 65km. Cadê o nosso Prefeito que até hoje não foi arrumar essas estradas? Eu acho que daria um dia de serviço para fazer isso.

Outra coisa, na época de política, certos vereadores não saem de dentro do assentamento. Por que hoje não vêm amparar aquelas crianças que estão sem aula? Se fôssemos botar as crianças com uma enxada hoje, eu tenho certeza de que o Conselho já estaria lá para chamar a atenção dos pais. Mas como eles estão sem aula, eles não vão lá (PALMAS) e não querem saber de estrada (PALMAS). Não querem saber de estrada. Nós não temos estrada...  
(MANIFESTAÇÃO DE APOIO DA PLATÉIA.)

A SR<sup>a</sup> REPRESENTANTE DO ASSENTAMENTO BELEZA - O que adianta termos luz no assentamento, como a Teté falou, é uma maravilha ter um chuveiro elétrico, ter a luz, botar os meninos para assistir à televisão e eles não estudarem, viverem do sustento dos pais. Isso é muito feio para o nosso município. A estrada da Jaciara que vai para o novo assentamento, no chapadão da soja lá, é uma maravilha, dá gosto de passar. Por que não Juscimeira?

Ainda mais outra coisa, já tem dois grupos no Assentamento Beleza onde está sendo cascalhada a estrada. Está faltando cascalhar o grupo II e o grupo IV. Eu espero que as máquinas...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - A senhora vai me ouvir um pouquinho e todos os companheiros vão ouvir... (VIRADA DE FITA) ...eu comecei a minha vida pública com o Senador Carlos Bezerra, quando ele era Prefeito de Rondonópolis. Nós criamos as associações de moradores de bairros, criamos os núcleos rurais e é através da organização da comunidade que as coisas acontecem. Vejam bem: essa questão da estrada, primeiro, desculpa-me,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

mas o prefeito não veio à Audiência, foi convidado e o secretariado dele também não veio e foi convidado. A nossa parte, dona Carmem, nós fizemos, já tem um dinheiro no valor de cento e oitenta mil reais do INCRA para atender as estradas do Assentamento Beleza. Parece-me que ele está fazendo só uma estrada principal.

Eu quero colocar, vejam bem: para nós conseguirmos mais dinheiro, ele precisa prestar conta desse para conseguirmos um outro dinheiro, só que ele ainda não prestou conta, e o dinheiro foi conseguido para ele no final do ano, parece-me que foi no final de dezembro, foi lá pelo dia 28 de dezembro que nós conseguimos cento e oitenta mil, Ceará, para ele. Vejam bem: qual é o papel da comunidade agora? O papel da comunidade é formar um grupo com várias pessoas da comunidade e ir ao Prefeito pedir para ele fazer estrada. Outra coisa que eu acho que é o papel da comunidade: pedir a ele para fazermos um outro projeto. A AMM é que fez esse projeto, Deputada, a Associação Mato-grossense dos Municípios.

Então, ela pode fazer outros projetos e nós vamos interceder, eu e a Deputada, no INCRA, para sair o mais rápido possível. Agora, ele tem que fazer os projetos, ele tem que provocar os projetos junto ao INCRA para nós conseguirmos o dinheiro. Não somos nós que temos que ir lá e fazer o projeto de engenharia, não. Não é só Ofício, não. O projeto tem que estar pronto.

Então, eu quero sugerir a vocês pedirem ao Prefeito para prestar conta dos cento oitenta mil que ele já gastou, não sei se ele gastou tudo, e fazer o projeto para conseguir mais recurso para estradas.

Era isso que eu gostaria de falar.

Passo a palavra para a Deputada.

A SR<sup>a</sup> CARMEM - Eu quero também pedir aos pais dessas crianças, daquela escola cuja localidade está chovendo - é pior do que eu vou comparar, porque está um chiqueirinho de porco lá, porque é muito pior.

Eu quero pedir aos pais desses alunos que vêm a Juscimeira, que eles briguem pelo direito dos filhos, apesar de que este ano as crianças, seus filhos, não têm mais chance de passar, porque já são trinta dias de atraso no estudo.

A SR<sup>a</sup> TETÉ BEZERRA - Carmem, eu quero fazer uma sugestão, com relação às crianças que estão sem estudar, que vocês procurem o Conselho Tutelar aqui do Município, façam a denúncia e depois vão à Vara da Infância e da Adolescência para dizer que as crianças não podem ficar sem estudar. O Vereador está falando...

O SR. (?) - Quem quiser usar o microfone, tem microfone aqui na mesa.

A SR<sup>a</sup> TETÉ BEZERRA - Ele falará das providências que já foram tomadas.

O SR. (?) - Vejam bem, já foi acionado o Conselho Tutelar, o Prefeito denunciou ao Ministério Público e nada foi feito. Quem continua sem as aulas são as crianças. Hoje mesmo, agora há pouco eu pedi ao Deputado para nos acompanhar até à Secretária da Ana Carla, na terça-feira. Eu só quero dizer a vocês que no último dia que estive lá, tinha cento e trinta prefeitos, nenhum concordou com o que ela disse. O que ela nos disse? Que iria pagar o transporte por cabeça. Vejam bem, como se estivesse transportando gado. Essa é a realidade, eu não estou aqui para esconder, que pagava por cabeça, por aluno. Nenhum prefeito concordou. Hoje, o transporte encontra-se parado, vários Prefeitos voltaram lá e não acertaram. As aulas iriam começar no dia 13 e foi marcada a primeira reunião para o dia 20. Vejam bem a que ponto chegou, Deputado, a primeira reunião foi marcada para o dia 20. Agora, estão acionadas sim as autoridades, depende do Promotor acionar lá, foi entrado no Ministério Público, sim.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

A SRª CARMEM - Eu quero falar para vocês, essas trinta e duas, trinta e três casas que não foram feitas, que vocês façam um abaixo-assinado, encaminhem os documentos pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, para a Teté Bezerra, para o Sr. Carlos Bezerra, também, e mande para o Tribunal de Contas da União, para Brasília, que eu tenho a certeza de que será resolvido o problema dessas casas. Ninguém merece ficar embaixo de lona, embaixo de palha três anos. (PALMAS)

A SRª TETÉ BEZERRA - Carmem, com relação às casas, eu quero pedir para vocês... Vocês me disseram que a EMPAER já fez um levantamento, tem o nome das famílias, que essas famílias estão cipradas, passe para nós essa relação, passe para o Deputado Zé Carlos do Pátio, passe para mim, porque nós vamos reivindicar no INCRA a construção dessas trinta casas que faltam lá no Assentamento. Escutou, Carmem, o que eu falei? Carmem, escutou o que eu falei?

A SRª (?) - Teté, e as casas aqui de Juscimeira? Têm muitas famílias aqui. Tem uma vizinha lá embaixo que tem quatro filhas, estão embaixo também das goteiras, da chuva. Esses dias deu um temporal e a casa caiu quase que em cima dela com as crianças. Ela está com as crianças doentes, e nós ficamos tristes porque o Dener Chaves só enxerga o filho dele que está no ventre da mulher dele e os nossos filhos estão esquecidos. Nós não temos direito nem a hospital e nem a remédio neste Município. Parece que estamos mortos neste lugar.

A SRª TETÉ BEZERRA - Bom, então vocês ouviram essa questão das casas e dos assentamentos, encaminhe-nos a relação.

Com relação a essas questões aqui da cidade, vamos pedir ao Prefeito, vamos pedir ao Vereador que inclua essa família nessas casas que o Governador tem construído aqui e que possa atender.

A SRª (?) - Mas a gente vai lá, Teté, é perigoso a gente apanhar. Temos medo dele. Nós chegamos lá, parecem leões para nos devorar.

A SRª TETÉ BEZERRA - Então, eu deixo aqui o meu abraço a vocês, vamos continuar lutando e encaminhando essas reivindicações que vocês estão trazendo aqui.

Ao deixar o meu abraço, passo a palavra também ao nosso companheiro Carlos Bezerra, que falará também a vocês.

Um abraço! Boa-tarde! (PALMAS)

O SR. CARLOS BEZERRA - Boa-tarde a todos!

Eu pediria silêncio para poder conversar um pouco.

Nós estamos indo para Cuiabá, mas é lastimável, a companheira falou aqui que tem medo de falar com o Prefeito porque ele bate. Se a coisa está nesse nível aqui em Juscimeira, é horrível, porque o Prefeito, o Governador é para proteger o povo e não para botar medo no povo, intimidar o povo, principalmente o povo humilde, trabalhador.

Tem eleição este ano. Vocês olhem bem em quem vão votar, examinem bem para não escolherem pessoas que são contra o povo. Agora, na campanha, vai aparecer um bando de oportunista aí, e todo mundo é amigo do povo, distribuindo camiseta, boné, chaveiro, brinde, dando tapinha nas costas, mas na hora em que o povo precisar, ele vai dar uma banana para o povo.

Então, é fundamental que vocês prestem atenção nisso. A reunião aqui é sobre crédito fundiário, mas esse crédito fundiário de pouco vai valer se vocês não tiverem um Prefeito comprometido com a reforma agrária, se vocês não tiverem um Governador do Estado comprometido com a reforma agrária. Essas forças precisam trabalhar juntas: Prefeitura, Governo do Estado, Governo Federal, trabalhem juntas para ajudar o trabalhador. Não adianta só um dar o apoio se os outros não dão.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

Quero dizer que como Prefeito de Rondonópolis, o Deputado Zé Carlos do Pátio disse aqui, nós criamos os núcleos rurais, cada núcleo rural tinha tudo, tinha trator, tinha represa para botar água, tinha água encanada, tinha semente, tinha muda, tinha terra destocada, tinha apoio para comercialização, tinha semente de qualidade, porque a prefeitura ajudava, a prefeitura apoiava, a prefeitura tinha compromisso com a reforma agrária. E vocês precisam de prefeitos que tenham compromisso com a reforma agrária.

Quando o PMDB governou Mato Grosso, aqui tem gente dessa época, muita gente, inclusive aqui tem um companheiro que trabalhou no meu gabinete, o Damasceno, ele era quem abria o meu gabinete e quem fechava o meu gabinete todos os dias. O Damasceno sabe disso, que no Governo do PMDB a reforma agrária teve apoio, os trabalhadores tiveram apoio. Nós fizemos um projeto para reforma agrária que era o Projeto de Desenvolvimento Integrado e Localizado - PRODIL. Programa de Desenvolvimento Integrado e Localizado e que o Governo do Estado levava tudo para aquela localidade, desde energia, escola, posto de saúde, indústria para fazer os produtos, levava tudo, mas era um Governo comprometido com a reforma agrária, o PMDB é comprometido com a reforma agrária desde a sua fundação. Quando ninguém falava em reforma agrária em Mato Grosso, quando falar em reforma agrária era ser comunista, todo mundo tinha medo de falar. O PMDB, o Carlos Bezerra, a Teté Bezerra, o Zé Carlos do Pátio eram os únicos que defendiam os trabalhadores contra a polícia. No nosso Governo a polícia não tocou num trabalhador. Fizemos um Decreto proibindo despejo de trabalhadores, proibindo que a polícia tocasse nos trabalhadores. Então, o Governo apoiou... E assistência técnica competente? Hoje, nada disso tem porque o Governo está comprometido com os tubarões, com os grandes. Para esses, tudo. E os pequenos nem são olhados.

Então, vocês têm que abrir os olhos nas eleições agora deste ano e procurar votar num Governo do Estado e amanhã numa prefeitura com um candidato a prefeito que tenha compromisso com o pequeno, com o pobre, com o trabalhador, porque o rico não precisa de Governo, o rico tem o dinheiro que o protege. Mas o fraco trabalhador que só tem a força do seu músculo, essa é a única riqueza que ele tem, é a sua musculatura para trabalhar. Esse precisa de apoio do Governo, esse precisa de apoio da Prefeitura, precisa de apoio do Governo Federal, do Governo Estadual. Então, esse não pode errar o voto, esse não pode desperdiçar o voto, esse tem que dar um tiro certo com o seu voto, votar no candidato que ama o povo, que tem compromisso com o povo, que está com o povo na alma, que está com o povo no coração, que luta pelo povo, que briga pelo povo. É esse o candidato do trabalhador, é esse que o trabalhador deve escolher. Senão, não adianta mandar crédito aqui, crédito para produzir, para vender para quem? Para fazer o que depois com esse dinheiro? Ainda fica endividado e não tem como pagar depois, porque não tem para quem vender a produção e nem sabe o que vai produzir, porque não tem uma coordenação, não tem um comando. Falta o Governo fazer esse trabalho de coordenação, de exportação dos produtos daqui.

A Teté falou da exportação lá de Guarantã, mas Mato Grosso inteiro poderia estar exportando, produzindo para exportar. Todos os assentamentos de reforma agrária. Sabem o que é que ouvi de um alto funcionário do atual Governo lá em Cuiabá? Eu dizia para ele: olha, é uma vergonha para nós, Mato Grosso, do Centro-Oeste, é o Estado que tem o IDH mais atrasado do Centro-Oeste, perdemos para Goiás, perdemos para Mato Grosso do Sul, perdemos para todo mundo, o pior é Mato Grosso. Sabe o que ele me disse? “A culpa é desses assentamentos da reforma agrária. O Governo foi assentando esse pessoal aí, puxou o índice nosso para baixo. A culpa é dos assentamentos da...” Veja bem a mentalidade de um alto dirigente do Estado, ele acha que a reforma agrária é o culpado do Estado estar com o Índice de Desenvolvimento Humano pior do Brasil.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O ENEM, Exame de Avaliação do Ministério da Educação nas escolas públicas do Brasil, constatou que a pior escola do Brasil, a pior do Brasil, está lá em Cuiabá, no CPA, ao lado do Palácio do Governo, no CPA II. A escola de pior qualidade no Brasil está lá. E é esse caos que nós vemos aí, escolas que não têm telhado.

Lá em Rondonópolis nós não deixamos uma escola de palha. As escolas dos trabalhadores eram bonitas, cheirosas. Todas as vezes que assumimos a prefeitura, nas duas vezes, nós pegamos as escolas, fizemos mutirão nas escolas. A festa da posse foi construir escola. Nós construímos uma escola em um dia na Gleba Rio Vermelho. Foi a festa da posse, porque lá é um assentamento da Reforma Agrária, a Gleba Rio Vermelho, mas está lá a escola, uma escola de alvenaria, de qualidade, bonita, cobra não pica mais o filho do trabalhador, filho do trabalhador não toma mais chuva para pegar gripe, pneumonia, porque o Governo do PMDB lá tem compromisso com a reforma agrária.

Então, é isso meus irmãos, eu passei aqui para dar um abraço a todos vocês, dizer que nós estamos solidários a vocês. O Deputado Zé Carlos do Pátio vai encaminhar essa luta, nós vamos estar ao lado dele. A Teté vai também apoiar essa luta de vocês e nós estamos aqui ao lado de vocês, mas não se esqueçam, o trabalhador tem necessidade de se politizar, de se informar e não pegar gato por lebre, não. Tem que pegar a coisa corretamente, certamente. E cobrar da Câmara Municipal daqui, cobrar dos vereadores, cobrar do prefeito, cobrar das autoridades, cobrar do Ministério Público se as autoridades daqui não quiserem agir, levar ao Promotor de Justiça, porque esse caso aqui eles são obrigados a cumprir a Lei. A Lei é clara no sentido de garantir escola pública para o filho do trabalhador. A Lei é bem clara. Esse direito é assegurado pela Lei. Se a autoridade não tiver cumprindo, procure a Lei para forçá-lo a cumprir o que determina a Lei.

Então, é isso, e quero deixar aqui o meu abraço a todos. Contem conosco. Um grande abraço! (PALMAS)

O Deputado Zé Carlos do Pátio me pediu uma coisa, que eu esqueci de falar uma coisa: graças a Deus o PMDB vai voltar nessa eleição com toda força. Nós vamos fazer o Presidente do Brasil e vamos fazer o Governo de Mato Grosso. (PALMAS)

O SR. (?) - Eu quero aqui, só lembrando o Senador Bezerra, tem o Mata-Mata, que está funcionando até hoje, tem a Cascata, e tem os tratores que foram entregues por você, no seu tempo e que estão funcionando até hoje por aí nas associações.

O SR. CARLOS BEZERRA - Muito bem!

O SR. (?) - Eu quero também avisar o pessoal de Geraldo Pereira de Andrade, que já está nas mãos da Deputada Teté Bezerra, sobre a luz no campo e o problema das casas, vai ser ordenado por ela e pelo Deputado Zé Carlos do Pátio. Muito obrigado.

O SR. CARLOS BEZERRA - Eu quero dizer, ele falou na Cascata, a Cascata é um marco histórico em Mato Grosso da reforma agrária. A Gleba Cascata, em Rondonópolis... Quem já ouviu falar na Gleba Cascata, levante o braço. (PAUSA) Tem muita gente que sabe da Gleba Cascata. Na época, isso foi nos idos de 70, no fim da década de 60, era um latifundiário de São Paulo, o tal Nenê Figueiredo, o INCRA, a Polícia Federal, o Governo do Estado, para trabalhar os trabalhadores da Cascata. Eu era apenas advogado. Eu era advogado deles. Ganhamos a luta de todos eles, fizemos barricada, corremos risco de morrer, as ameaças eram muitas da autoridade municipal, desde o Prefeito até o Governo Federal, todos comprometidos com o latifúndio, mas a Cascata foi o exemplo da coragem do povo, da resistência do povo e nós ganhamos a luta. Os trabalhadores da Cascata estão lá até hoje.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

A SR<sup>a</sup> (?) - Nós que somos famílias carentes, perguntamos a vocês políticos, porque quando em véspera das eleições todos vocês vêm, nos abraçam, é meu amigo, é meu irmão. Depois que ganham, tem nojo de nós. Por quê? Nós somos irmãos! Rico é aquele lá do céu! (PALMAS)

O SR. CARLOS BEZERRA - Bom, eu quero dizer a você o seguinte: o nosso trabalho, do PMDB, é contínuo. O Deputado Zé Carlos do Pátio chegou de uma maratona agora lá do Araguaia, passou dois dias lá reunidos com os trabalhadores. Eu estou saindo de uma maratona aqui do sul de Rondonópolis, estou passando aqui, hoje é domingo, todo mundo está no bem-bom, descansando, estou indo a Cuiabá para uma reunião hoje. Têm certos políticos que são que nem copa do mundo, que só aparecem na época das eleições. Mas não somos nós do PMDB, não. Nós do PMDB estamos semana toda, o mês todo, o tempo todo aí lutando pelos trabalhadores, ajudando os trabalhadores de todos os municípios de Mato Grosso.

Um abraço a todos! (PALMAS)

A SR<sup>a</sup> REPRESENTANTE DO 17 DE MARÇO - Teté Bezerra, eu sou representante do 17 de Março e gostaria que você desse uma olhada na luz nossa também. Tem gente lá que tem oito meses que está com a luz cortada. Vende bezerro a troco de nada para pagar luz. Você disse agora que daqui a três anos a ver. Daqui a três anos, tem gente que não pode nem ficar lá mais, porque tem gente que necessita da luz para dar comida para o seu próprio bezerro, e o está vendendo ao preço de nada. A nossa está muito cara...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - A senhora está falando do Assentamento 17 de Março?

A SR<sup>a</sup> REPRESENTANTE DO 17 DE MARÇO - 17 de Março. É sessenta e três reais, só a taxa!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Na verdade é o seguinte: está sendo discutido em nível nacional, porque esse Programa era um Programa do Governo Fernando Henrique Cardoso, que cobrava do trabalhador para colocar energia. O Programa atual não cobra nada. O Programa atual do Presidente Lula não cobra, é gratuito, vai na casa do trabalhador sem pagar um tostão, com dois bicos de luz e tomada.

Então, esse Programa nós vamos ter que fazer uma negociação nacional, lá em Brasília, com o Ministério. A Deputada já está negociando, mas não é um problema só do Mato Grosso e só do 17 de Março, é no Brasil inteiro. O Brasil inteiro está com esse problema. Para vocês terem uma idéia, tem assentamento que tem os dois programas.

Senador, eu quero agradecer o senhor...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O custo não é só do consumo, é do consumo e mais o financiamento...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Senador está vindo de uma maratona...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Nós vamos ter que ver isso aí, é um problema sério e vamos ter que buscar saídas. Nós vamos ter que ir numa comitiva lá na ELETRONORTE, ver como é que está conduzindo isso aí. Nós vamos conduzir. A Deputada vai dar os seus agradecimentos aqui. (PAUSA)

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O Senador Bezerra está falando aqui, nós já estamos fazendo projeto para vários assentamentos, levar poço artesiano e água. Nós estamos trabalhando isso, vários municípios já saíram e nós vamos ajudar mais.

Eu vou deixar a Deputada fazer as considerações finais e depois nós continuamos a nossa Audiência.

A SR<sup>a</sup> TETÉ BEZERRA - Eu quero pedir licença a vocês, mas eu tenho que prosseguir viagem e chegar em Cuiabá ainda no final da tarde.

Dizer que essa questão da água o Deputado Zé Carlos do Pátio já está vendo nos assentamentos. Então, que a gente leve também uma relação dos assentamentos que não têm água para que se possa trabalhar. Dizer que a nossa luta continua e que a gente está ao lado de vocês para as reivindicações que vocês querem trazer até nós.

Fica um abraço a todos vocês e muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quero agradecer a Deputada.

A Deputada foi quem ajudou muito nesse Programa Luz para Todos para nós, a eletrificação, essa questão da água também é um trabalho dela juntamente com o Senador e a gente quer agradecer, Deputada, nós vamos à luta juntos aí na causa do trabalhador.

Muito obrigado a senhora por estar aqui conosco.

Uma salva de palmas para a Deputada! (PALMAS)

Na verdade, eu vou abrir a palavra, por favor, identifique-se, diga o nome e faça a pergunta.

Quero cumprimentar o Afonso, da CPT, e convidar para compor a Mesa conosco.

O SR. REPRESENTANTE DO ASSENTAMENTO SANTO EXPEDITO - Deputado Zé Carlos do Pátio, eu sou do Assentamento Santo Expedito e temos já freqüentado várias Audiências Públicas junto com o Deputado, e pedimos, em duas reuniões em que estava o Superintendente do INCRA, sobre a água no nosso assentamento, sobre estrada. Ontem os seus assessores estiveram lá e teve um deles que até caiu, a estrada é ruim que nem de moto não passa mais, e nada foi feito. E eu acredito, Deputado, que essas estradas aí, se nós dependermos do INCRA, ela nunca será feita, não. Porque no dia 1º de maio, na reunião que nós tivemos no CTG, em Rondonópolis, o Superintendente do INCRA falou que para os assentamentos não foram eles que fizeram, e que iria dar o mínimo. Nem o mínimo nós temos, que são essas estradas aí.

Então, o que é que nós vamos fazer? Pedir uma opinião, ver o que você pode fazer por nós. Eu fiz um documento na seca passada e mandei para o INCRA, dizendo que eu estava fora do assentamento, eu estava fora, não tinha nem água para lavar roupa, para as crianças ir para o colégio e continua a mesma coisa, ninguém faz nada, ninguém ajuda.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero fazer uma pergunta para o senhor: uma pergunta que eu quero fazer para os assentamentos. Levantem todos os líderes de assentamento, presidentes de assentamento. Eu quero perguntar para vocês se o prefeito não fizer os projetos de engenharia, nós não temos como conseguir o recurso lá no INCRA. Então, eu pergunto para vocês: o Prefeito fez os projetos de engenharia das estradas, dos poços artesianos? Por exemplo: a última vez que eu estive no Santo Expedito, eu havia pedido o Projeto do poço artesiano, foi feito o projeto do poço artesiano? Vocês pediram ao Prefeito?

O SR. JOÃO - Pedimos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Ele fez o projeto?

O SR. JOÃO - Não sei.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu pedi para vocês isso lá na reunião.

O SR. JOÃO - Eu não sei. A gente vai à Prefeitura e não está tendo uma resposta, não que o Prefeito esteja nos tratando mal, não. Não está, mas só que o que nós estamos precisando não está chegando lá. Inclusive o nosso vereador, nós depositamos confiança nele e estamos até hoje acreditando que ele vai nos ajudar e está nos ajudando, mas eu espero que nós não passemos mais uma seca sem ter que sair de lá, as crianças não passam de ano mais porque todo ano nós temos que sair, temos que mudar, temos que ir para Rondonópolis. Não temos estrada para escoar aquilo que nós produzimos. Então, quem está ganhando em cima de nós? Nós estamos varando lá três, quatro quilômetros, três, quatro grotas para carregar um saco de milho verde para entregar para o atravessador que está ganhando o dobro em cima de nós. Então, nós queremos estrada, porque está chegando a safra, está chegando a colheita e nós vamos perder tudo? Então, alguma coisa tem que ser feita. Eu espero que o Deputado chegue lá no INCRA e peça alguma coisa para nós. Senão, não vai ter jeito.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Genilton, Assessor do INCRA, vem cá. O Genilton tem alguma coisa para falar aqui, companheiro.

João, o meu Assessor vai responder a sua pergunta.

O SR. GENILTON - Na questão dos assentamentos, nós solicitamos ao Prefeito Dener, na sede do INCRA, que ele nos encaminhasse os projetos para que nós pudéssemos interceder junto ao INCRA para a viabilização desses recursos, só que até o presente momento não deu entrada nenhuma dos projetos para infra-estrutura lá no INCRA. Eu estou esperando, e falei com o Dener, lá no INCRA, ele sabe disso e estou dependendo disso. Isso quem tem que fazer é a Prefeitura Municipal aqui de Juscimeira, isso tem que ser provocado pela Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Regina, nós vamos resolver isso agora.

Eu quero fazer o seguinte: amanhã eu quero a minha Assessoria aqui para falar com o Prefeito. Se o Prefeito não pode vir numa Audiência Pública da Assembléia Legislativa, que é um descaso, é um desrespeito a minha pessoa. Esse Prefeito está fazendo um descaso aos assentamentos e a minha pessoa como Deputado Estadual. Você vai amanhã na Prefeitura, com a minha Assessoria, Genilton, você vai ficar aqui para exigir dele no mínimo, sabe o quê? Um Ofício para fazer os projetos de engenharia aqui do Município de Juscimeira. Isso é um absurdo, gente, é um absurdo. Pelo menos isso esse homem tem que fazer. Eu quero você aqui, amanhã. Amanhã você aqui, Genilton (PALMAS).

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS - Eu sou Presidente do Assentamento Santo Expedito, estamos aqui com o Deputado, ele já esteve lá no assentamento, naquela época que nós estávamos colocando a energia. Nós temos lá dois dos assentados que estão sem energia, Deputado, dois assentados que estão sem energia no Assentamento Santo Expedito. Eles mudaram o projeto lá para Grotas e não conseguiram pôr energia para eles, os dois ficaram sem energia, até hoje estão sem energia. Eu quero ver o que você pode fazer para pôr energia para eles. Só dois ficaram dentro do assentamento sem energia.

Nós não temos estrada também, dentro do assentamento não tem estrada. O que nós podemos fazer para o Prefeito fazer esse projeto da estrada? O que o Assentamento pode fazer? Eu sou o Presidente e quero ver o que podemos fazer para impensar o Prefeito para ele fazer esse projeto. Nós temos que juntar o pessoal e trazer na Prefeitura? O que nós temos que fazer? Eu quero que o Deputado fale alguma coisa para pegarmos um caminho, porque nós não sabemos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Como é o nome do senhor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS - Antônio Ferreira dos Santos, Presidente do Assentamento.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Sr. Antônio, eu tenho a seguinte sugestão ao senhor: amanhã, será que o Prefeito estará na cidade amanhã cedo? Amanhã cedo? Está?

Eu vou fazer o seguinte: Regina, pode cortar a minha reunião lá em Rondonópolis. Eu vou sair cedo e vou para a Prefeitura aqui. E quero que os trabalhadores vão comigo lá na Prefeitura amanhã. Nós vamos lá amanhã.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS - Nós do Assentamento?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Nós vamos lá amanhã.

Quem daqui pode ir à Prefeitura comigo, amanhã?

Então, amanhã cedo eu quero cada comunidade aqui na Prefeitura comigo, amanhã, para conversar com o Prefeito.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS - Outro é sobre esse problema dos alunos, o meu filho está sem estudar lá. Será que eu vou ter que vir para a cidade, porque está lá sem estudar! Não tem como estudar. Cadê o ônibus para o menino vir para a escola? Nós temos que conversar com o Prefeito para ver se ele põe ônibus lá, ou alguém da autoridade. O meu filho está lá sem estudar, quando os professores estão em greve, ou os ônibus estão parados, os professores param, os ônibus começam. São esses problemas todos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Está bom, amanhã cedo estaremos na Prefeitura.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS - Cedo?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Cedo. O senhor estará lá, Sr. Antônio?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS - Eu venho, sim, se precisar de companheiro a gente traz.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Vamos trazer o máximo possível de morador.

O próximo.

O SR. (?) - Deputado Zé Carlos do Pátio, eu quero perguntar para você por que o Assentamento Santo Expedito foi deixado dois lotes para trás, sem energia.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Já anotei aqui.

O SR. (?) - Passaram pela triagem da Grota, a Grota não tem nada a ver com Santo Expedito.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu já anotei aqui.

O SR. (?) - Estrada nós não temos. Damos graças a Deus ao Quim, que meteu uma máquina lá, fez um trilheiro só com a máquina de esteira, mas não tem condições, estando chovendo, não sobe nem um cavalo. Não tem como tirar leite, não tem como descer um saco de milho, não tem como descer uma abóbora, não tem como fazer nada lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Amanhã você pode ir lá na Prefeitura?

O SR. (?) - Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - 07:30, 08:00 horas eu estarei lá.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O SR. (?) - Tudo bem, vou fazer o possível.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado.

O próximo.

A SRª DAIANE - Nós somos alunos do Assentamento Beleza, e queremos saber como é que vai ficar o ônibus, porque já perdemos praticamente um mês de aula. Aí a gente chega lá em Juscimeira, como é que vai ser... Um mês fora da escola, aí a gente chega lá e não vai saber nada. Eu acho que vocês poderiam colocar o transporte mais rápido possível, porque já se passou um mês sem aula. Como nós vamos conseguir recuperar isso aí?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Como é o seu nome?

A SRª DAIANE - Daiane.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Daiane, amanhã dá para ir uma comissão do Assentamento Beleza à Prefeitura, falar com o Prefeito?

A SRª DAIANE - Olha só...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Amanhã estarei lá, às 08:00 horas na Prefeitura... (PALMAS)

A SRª DAIANE - É difícil porque o ônibus cobra sete reais para deslocarmos de lá até aqui. Nós não temos condições de pagar sete reais para vir de lá aqui. Ainda cinco alunos. Eu acho que deveriam ser ao menos cinco alunos. Sete reais, como é que a gente vai se deslocar de lá aqui...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Olha, eu perguntei para alguém e me falaram que já entraram no Ministério Público. Já entraram no Ministério Público? Não entraram no Ministério Público contra o Prefeito? Ah, desculpe-me a comunidade. Vocês não entraram no Ministério Público contra o Prefeito? (PAUSA). Não, dona Carmem? Tem que entrar no Ministério Público. Onde é o Ministério Público? Aqui tem Promotor? Jaciara? Tem Promotor aqui? Fórum de Juscimeira tem Promotor? Então, nós temos que entrar na Justiça contra a Prefeitura. Amanhã trazer um advogado para entrar na Justiça contra a Prefeitura de Juscimeira. Amanhã eu quero um advogado aqui... (PALMAS)... Eu quero um advogado aqui amanhã, pode contratar... (PALMAS)... eu quero um advogado aqui, amanhã.

A SRª DAIANE - Deputado Zé Carlos do Pátio, o Prefeito fez um chamado carnaval aqui, gastou todo dinheiro nesse tal carnaval e não sobrou dinheiro, porque ele fez esse chamado carnaval aí e não ficou dinheiro nenhum para os recursos lá, o que era para ele fazer, ele não fez, fez esse carnaval aí não sei para que! Nós não queremos festar, nós queremos estudar, queremos ser alguém na vida. (PALMAS).

A SRª (?) - Deputado Zé Carlos do Pátio, o nosso assentamento é carente, essas pessoas que podem pagar um aluguel, como já tem gente pagando, estão pagando duzentos cinqüenta reais de aluguel para deixar os filhos na cidade para estudar. Pode. E quem não pode, fica lá no assentamento assistindo televisão e fazendo coisa errada porque não tem o que fazer. Essas pessoas que estão falando que não podem vir por causa do ônibus, não podem mesmo, porque quatorze reais de passagem, ida e volta, isso é coisa para a Prefeitura resolver (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O próximo que quer falar.

A SRª ELIZABETH - Eu sou do Assentamento Beleza e a estrada, todo ano, já são três anos e todo ano a desculpa é a estrada, eles não arrumam a estrada na época certa. Eles sabiam que iam começar as aulas, por que não colocaram o ônibus? Estão mentindo, falando que é a estrada, sendo que nós mandamos uma carta para a rádio e ele falou que não fez contrato ainda com o ônibus. Por que não nos avisou? Nós esperamos todos esses dias, amanhã já vai completar um mês.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

Ao invés dele nos avisar, ele não avisou. Se fosse o filho dele que morasse lá no assentamento, ele se preocupava, mas como ele não tem filhos estudando lá, está aqui na rua, estudando numa boa, enquanto nós estamos lá passando precisão com os nossos filhos sem estudar, sofrendo e não pode nem dormir com tanta preocupação com os filhos, até hoje não estudou um dia. Amanhã vai fazer um mês que começaram as aulas e os nossos filhos não estudaram um dia. Eu acho isso uma vergonha.

Então, Deputado Zé Carlos do Pátio, eu peço ao senhor, por favor, se dá para o senhor nos ajudar o máximo possível para colocar esse ônibus lá para puxar os alunos. Nós não temos condições de colocar os filhos para estudar aqui na rua, porque são quarenta e poucos quilômetros de distância. Nós não temos carro para vir todos os dias trazer os nossos filhos para estudar. Então, nós estamos precisando com urgência, porque amanhã já vai fazer um mês. Os professores não vão dar aulas de recuperação...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Seu nome?

A SR<sup>a</sup> ELIZABETH - O meu nome é Elizabeth.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O próximo. Eu já anotei.

A SR<sup>a</sup> MARIA SIRLEI JUSTINO DA SILVA - Boa-tarde a todos.

Eu estou pedindo para o senhor, Deputado Zé Carlos do Pátio, que os nossos filhos hoje vieram para a rua de carona, tinha um ônibus, mas não tinha como trazer a bagagem das crianças.

A Iracema está sendo vereadora nossa, porque é ela que está nos dando todo apoio.

Nós alugamos um barracão lá em cima, uma casa de duas peças, você pode ir lá ver, pensamos que o aluguel era só cento trinta, fora a água e a luz, mas vai sair uma base de quase duzentos cinquenta reais, para quem não tem o dinheiro para pagar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Seu nome?

A SR<sup>a</sup> MARIA SIRLEI JUSTINO DA SILVA - Maria Sirlei Justino da Silva.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O próximo inscrito.

Tem mais alguém inscrito?

Minhas senhoras, meus senhores... (PAUSA).

Pessoal, eu quero aqui, neste momento, quem tem problema de amanhã cedo estar aqui, da Comunidade do Beleza? A Comunidade do Beleza pode vir aqui amanhã, na Prefeitura? Pode vir? A comunidade... (PAUSA)

A SR<sup>a</sup> MARIA SIRLEI JUSTINO DA SILVA - Olha, se arrumar um carro para virmos, os pais, nós viremos. Só que nós não temos condições de vir porque tem que pagar quatorze reais de ônibus. Tem que pagar. Se tiver ônibus, nós viremos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Vamos fazer o seguinte: olha como eu vou encaminhar. Calma, calma, calma. Espere aí, vamos acalmar.

Eu vou pagar um ônibus para vir o pessoal do Beleza... (PALMAS)... e vou pagar o aluguel de um ônibus para vir o pessoal do Santo Expedito. Nós vamos para a prefeitura. Se o Prefeito não nos receber, daí nós vamos para o Ministério Público, daí nós vamos denunciar... (PALMAS).

O Ministério Público, o mínimo que ele vai ter que fazer é bloquear os recursos do Município, porque se o Prefeito não está garantindo o direito de ir e vir do estudante poder estudar, então nós vamos entrar no Ministério Público para que ele possa bloquear o dinheiro da Prefeitura enquanto não houver o transporte escolar para os alunos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Amanhã eu vou trazer a minha Assessoria toda para cá, advogado para cá e nós vamos em Jaciara. Não é em Jaciara que tem Promotor? É em Jaciara? Aqui tem? Então, nós vamos na Prefeitura aqui, se não atender aqui, nós vamos a Jaciara. Mas nós vamos primeiro no Prefeito e o Prefeito vai nos atender.

Terça-feira, eu e o Vereador Joaquim, nós vamos em Cuiabá, na Secretaria Estadual de Educação mostrar a gravidade do problema de vocês. Nós vamos em Cuiabá. Combinado?

Uma pergunta aqui: a linha do Município está funcionando? O Município está funcionando? Cadê aquela menininha? Cadê aquela menininha que estava aqui? Ela estuda no Estado ou no Município? (PAUSA).

Como é o seu nome, filha?

A SR<sup>a</sup> MAIARA BARROS DOS SANTOS - Maiara Barros dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Você estuda numa escola estadual ou municipal?

A SR<sup>a</sup> MAIARA BARROS DOS SANTOS - Estadual.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Qual o nome da escola estadual?

A SR<sup>a</sup> MAIARA BARROS DOS SANTOS - Campos Sales.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Campos Sales. É Estadual? Espera aí, tem uma coisa aí, nós podemos, espera aí, agora eu entendi o que está acontecendo. Na verdade, nós vamos reunir com o Prefeito porque tem que discutir a questão da estrada. Concorda? Mas nós vamos também conversar com o Prefeito a respeito do transporte escolar. Porque se o Prefeito está transportando os alunos da rede municipal e não estadual, então o problema não é do Prefeito, é do Governo do Estado. É do Governo do Estado. Daí vocês, olha, quem me alertou aqui foi o Elizeu, que foi extremamente honesto. A linha do Estado foi entrou como documento.

Espera aí, eu tenho uma outra sugestão: amanhã vocês vêm para cá, porque talvez depois de amanhã nós poderemos ir no Ministério Público em Cuiabá para ver o que eles fizeram referente às escolas estaduais.

Entendeu, Ceará? Porque se não é culpa do Município, também não dá para bater aqui, não, nós vamos lá no Paulo Prado, em Cuiabá, que é o Procurador-Geral da Justiça do Mato Grosso, com vocês juntos entregar a denúncia. Por que não bloqueou o dinheiro do Estado ainda? Se for um transporte estadual, deveria ter bloqueado o dinheiro do Estado! Vocês estão entendendo? Não dá para jogar a culpa no Município nisso, não. Daí eu quero ser justo com o Prefeito. O Prefeito pode ter todos os questionamentos, mas se isso é linha de ônibus do Estado, a culpa é do Estado, a culpa é do Governo Blairo Maggi, não é do Dener. Deu para entender? Tem que jogar honesto com o povo. Não podemos ser desonestos com a população, não. Nós podemos vir aqui amanhã para discutir a questão das estradas, mas a questão do transporte escolar é uma questão do Governo do Estado. Nós vamos a Cuiabá para entrar no Ministério Público Estadual. Eu nem vou conversar com Ana Carla. Ana Carla eu não quero nem saber dela, eu quero é que bloqueie o dinheiro do Estado, porque vocês têm que ter direito à educação. Esse negócio está... (VIRADA DE FITA) ...porque vocês têm que ter direito à educação. Vocês estão entendendo. Esse negócio está mal conduzido.

O SR. (?)- Eu queria até aproveitar e falar para o Deputado da questão do Promotor de Juscimeira. Nós temos um Promotor que está atuando em três localidades: Dom Aquino, Jaciara e Juscimeira. Então tem dia que nós não temos Promotor. Eu queria, através desta

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

audiência pública, pedir para o senhor que pudesse deslocar um Promotor que se fixe na nossa sede, porque nós não temos um Promotor fixo, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - É possível, e nós vamos fazer o seguinte: Nós vamos passar na Promotoria aqui amanhã. Se passarmos na Promotoria, e o Promotor não estiver aqui, nós vamos denunciar o Promotor à corregedoria da Procuradoria Geral de Justiça. “Olha, o Promotor não deu o Parecer, e os alunos não estão na escola. O que está acontecendo?” E nós vamos até o Procurador Geral de Justiça, Dr. Paulo Prado. Nós vamos lá. Vocês são meus convidados. Eu vou pagar um ônibus para vocês irem a Cuiabá e voltar, uma Comissão de trinta, quarenta trabalhadores daqui. Estamos combinados? Vocês entenderam?

Agora, amanhã, nós vamos passar aqui para ver a questão das estradas. Nós vamos passar aqui para ver a questão das estradas com o prefeito. E eu vou pedir para o prefeito me ajudar a fazer os projetos, porque ele nem sequer protocolou os ofícios do poço artesiano de Santo Expedito. Vocês também têm que questioná-lo. Por que ele não protocolou os ofícios para a estrada de que ele está precisando, para nós conseguirmos dinheiro lá em Cuiabá no INCRA? Nós vamos cobrar isso. Então, eu vou, amanhã...

Vamos montar uma Comissão Santo Expedito. Levante a mão quem é de Santo Expedito aqui, levante a mão (PAUSA). Não veio quase ninguém. Falaram muito, mas não veio muita gente.

Levante a mão quem é do Beleza. Eu vou fazer o seguinte: como o Beleza veio, eu vou alugar um ônibus para o Beleza. E Santo Expedito vem numa comissão. Pode ser? Vocês trazem a caminhonete aqui, e, qualquer coisa, nós ajudamos no combustível de vocês. O Beleza vem de ônibus. Eu ajudo no ônibus.

E, amanhã, eu estarei às 7:00, 8:00 horas da manhã na prefeitura. Eu quero àquela pessoa que é ligada ao prefeito dizer o seguinte: eu estou aqui para ajudar, e não para atrapalhar o prefeito. Eu quero resolver o problema. Não estou aqui para nada. E se houver algum problema, nós vamos ver essa questão em Cuiabá.

Por último, eu quero saber onde nós poderíamos montar um escritório nosso para começarmos a agilizar o projeto do crédito fundiário. Nós precisamos conseguir uma área para assentar os trabalhadores da própria cidade que sonham em ter uma terra. Onde nós poderíamos ver isso daí? Onde poderíamos ouvir os trabalhadores aqui? Poderia ser na Câmara Municipal? Pode ser? Eu vou passar a palavra à EMAPER e, depois, eu vou encerrar. Mas eu queria que minha assessoria marcasse uma reunião num órgão público, para nós podermos começar um trabalho de discussão do crédito fundiário aqui.

O SR. REPRESENTANTE DA EMPAER - Boa-noite a todos. É um prazer estar reunido aqui com vocês. Recebemos o convite e, em nome do Deputado Zé Carlos do Pátio, nós cumprimentamos a Mesa; bem como, em nome do Presidente da EMPAER, Aréssio Paquer, nós agradecemos a presença de vocês.

Nós estamos trabalhando, hoje, em nível de Estado, com o Programa Nacional de Crédito Fundiário. A EMAPER, hoje, já complementou seis projetos...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu queria só pedir uma licença. Pessoal, vamos sentar um pouquinho e ficar em silêncio para ouvirmos o representante da EMAPAER que usa a palavra.

O SR. REPRESENTANTE DA EMPAER - Nós, hoje, frente ao crédito fundiário, já complementamos seis assentamentos. Na região de Poconé, noventa e uma famílias já foram assentadas. O Banco do Brasil já pagou essas pessoas, e elas já estão morando em suas propriedades.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

Na região de Cocalinho, onde o nosso Deputado Zé Carlos do Pátio esteve, já foram autorizadas a pagar quatro propriedades, contemplando cento e trinta e cinco famílias, que serão assentadas agora pelo crédito fundiário.

O crédito fundiário em nível de Mato Grosso está caminhando, dentro das previsões do Governo do Estado. Mais empresas, além da EMAPER, têm trabalhando em prol do crédito fundiário e estão aplicando os recursos do Governo federal para assentar as pessoas que querem trabalhar e que tenham direito a terra e a produzir. Esse é o nosso papel hoje.

Em nome do Presidente Aréssio Paquer, agradecemos a presença de todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Neste momento, eu vou encerrar esta audiência pública (PAUSA). O Elizeu quer fazer uma pergunta.

O SR. ELIZEU - Boa-tarde a todos. Boa-tarde, Deputado, seus assessores, autoridades que se fazem presentes aqui.

Eu gostaria de fazer uma pergunta a Vossa Excelência a respeito de assentados. Há três anos, Deputado... Eu gostaria que o Deputado me ouvisse, porque eu vou fazer uma pergunta. Há três anos, eu li no *Diário Oficial* do Estado de Mato Grosso a explicação de que seriam tomadas todas as terras daqueles que as venderam para pessoas que não precisavam de terra. E até o presente momento, eu não vi isso acontecer em nosso município. Nós temos assentamentos aqui em que mais de 30% são pessoas que não precisam de terra, mas estão lá assentadas, porque compraram a terra. Então, eu gostaria de saber quando vai ser executado isso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Depois eu te respondo, Elizeu. Com a palavra, o Afonso.

O SR. AFONSO - Boa-tarde a todos vocês. A colocação da gente aqui...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO)- Eu gostaria de pedir aos companheiros para se sentarem. Vamos ouvir o Afonso, por favor.

O SR. AFONSO - Eu estava comentando com o Deputado, ainda há pouco, a situação aqui de Juscimeira. Nós vemos a ansiedade dos trabalhadores e a forma até como vocês expressam as dificuldades e os descasos que estão acontecendo no município. Talvez tenham certas questões que são mínimas, mas, às vezes, observamos que o trabalhador ainda tem muita dificuldade.

Como no município de vocês, a gente ouve, pela boca do trabalhador, que há irresponsabilidade e ausência da participação do poder público, que, principalmente na questão do assentado, são críticas. É um processo que é caso, às vezes, até de polícia. Então, para a organização e para a coisa para funcionar, o primeiro passo, talvez, tenha que partir de vocês. Eu acho que os trabalhadores, nessa luta incansável pela terra, de que todos vocês participaram, que para conseguir essa terra sonhada de vocês que parece que hoje se transformou num pesadelo, eu acho que nós temos que fazer uma reflexão sobre esses pontos negativos e não deixar essa terra fazer de nós aquilo que o latifundiário e o representante público querem fazer. A vontade e o sonho deles é de mostrar para o pequeno, para o sem-terra que ele não consegue nada. E é assim que eles contribuem: cortando o recurso de vocês, cortando a voz de vocês, desarticulando as associações. De toda forma, eles querem tirar o rumo do trabalho da agricultura familiar. Porque o que sustenta esse país - isso não é só um processo de Juscimeira, é um processo a nível nacional - é a agricultura familiar. Então, não tem como essa vontade dessa elite podre perpetuar. Eu acho que a persistência dos trabalhadores nesse momento difícil é que é o momento de reflexão. O companheiro não pode se armar, achando que isso é uma injustiça e querendo resolver na força. Está certo que nós presenciamos essa

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

ansiedade e sabemos desse sofrimento. Mas é assim que eles querem deixar vocês: totalmente perdidos e sem organização. Porque quem decide o rumo do município não é prefeito, não é vereador, não é doutor engravatado, não; quem decide é a população. Então, essa reflexão e esse encaminhamento para vocês, companheiros.

Nós que estamos na luta pela reforma agrária, essa semana, presenciamos várias invasões do MST. E vocês podem ver que a mídia quer colocar os movimentos sociais como baderneiros e invasores. Esse é o papel do latifundiário e do empresário. Tem outro sistema de se fazer reforma agrária nesse País a não ser invadindo terras ou bloqueando rodovias? Se deixar por conta dessas autoridades, eles vão nos deixar cortando cana, trabalhando com diária de dez reais por dia. Esse é o sonho deles. Então, essas são as dificuldades que nós passamos, que nós estamos atravessando nesse País. Nós não podemos deixar uma minoria dominar essa massa trabalhadora, essa massa que carrega esse município e esse País.

Então, nós não podemos em momento algum deixar que a falta da escola, que a falta da água nos abata. Isso tem que ser resolvido. Essa questão, quando coloca que o município está atendendo a demanda dele, isso é incorreto. O município tem que formar parceria com o Governo. Esses recursos vêm do Governo Federal. O município não está fazendo caridade. O Governo do Estado não está fazendo caridade. Eles têm que cumprir o papel deles.

Esta semana discutiu-se no Senado o FUNDEF, para acertar esses recursos e direcioná-los ao lugar certo. E aqui o que se vê no município é um descontrole. Então, isso é caso de Ministério Público. O Ministério Público Federal está de portas abertas para o trabalhador que quer formular a sua denúncia todas as vezes que for lesado. Isso nós temos feito nesses processos de reforma agrária. Todas as vezes que nós batemos à porta do Ministério Público, ele tem atendido e dado a solução. Então, não acho que esse é o momento que nós temos que firmar. Quanto pior fica, é sinal de que nós estamos melhorando. Cada vez mais eles querem nos combater, cortar a nossa voz, cortar tudo que é precioso para nós. Eles querem ver nossos filhos analfabetos. Eles querem ver nossos filhos sem escolas. Eles querem ver o pai da família largar a roça e vir trabalhar de empregado na cidade, porque ele tem condições de fazer o filho dele estudar. Trabalhador nenhum quer deixar o filho na mazela, sem escola, para ter, no futuro, um papel igual ao que nós estamos fazendo, sendo massacrado por essa meia dúzia. Então, nossos filhos têm que estudar. Isso é direito sagrado.

Então, essa questão de organizar e fazer esse prefeito se posicionar é a coisa mais simples que existe neste País. É só o trabalhador se posicionar da forma que deve. Não tem um homem mais forte do que o outro. Nós vivemos num País de direito. Então, vocês não precisam, companheiros, achar que isso aqui não está... Às vezes, um companheiro chega a uma reunião dessa: "Isso aqui é o fim do mundo. Só tem problemas!" Onde tem problema, tem que ter solução! E se ficar difícil, ele tem que achar a porta. Cada vez mais que baterem em nós, mais forte nós ficaremos. E não adianta: se fosse através de sofrimento, espezinhamento e injustiça, nenhum de vocês hoje teriam o pedaço de terras que têm, porque vocês teriam abandonado a luta lá no início. Por tudo isso vocês passaram. Agora, é um absurdo ouvir vocês falarem que faz parte da agricultura familiar, é assentado, e tem a terra de vocês. E ainda ter esse sofrimento que o poder público não acerta e não resolve a posição de vocês. Então, companheiros, não vamos deixar nos abater, não. A reforma agrária é o início dessa luta que hoje vocês passam. Todos vocês a conhecem claramente. Então, não vamos nos esquecer da nossa jornada e achar que nós já chegamos ao paraíso. Nós temos muito para vencer. Têm pessoas que, às vezes, querem estragar, mas nós temos autoridade, competência e queremos fazer.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Diferente do político, existe o direito, existe o juiz, existe a justiça. Quando não der naquela porta, procure o judiciário, que este tem que resolver. E esqueça esse negócio de achar que a justiça só funciona para o rico. A justiça funciona para todos. Basta cobrarmos e fazer com que ela aconteça.

Nós estamos aí numa luta de reforma agrária quanto à Usina Pantanal. Eu acho que todos vocês têm conhecimento. Eu não poderia, nesse momento, não falar dessa luta, porque se trata de questão de terra pública e, como nós comentamos em Jaciara, isso pertence a vocês também. Então, alguns companheiros já tem a terra de vocês; o cidadão, às vezes, não quer, mas o que se trata de terra pública também é direito de vocês, pelo menos, de optar e de avaliar se é certo. Então, graças a Deus - é uma luta que muitos achavam que nunca aconteceria -, esta semana, nós estivemos no Judiciário. A coisa está para acontecer. Vamos discutir.

Nós não estamos aqui no Município de Jaciara para confrontar a usina nem para tirar emprego de ninguém. Desapropriando a usina, vocês podem ter certeza, a cana que estiver sendo produzida vai continuar sendo cortada e vai gerar emprego. Não precisam vir com esse discurso de que o sem-terra vai entrar lá e vai vender o lote, ficando vocês desempregados. Esse discurso é de patrão, não é de trabalhador. Então, não vamos atrapalhar a luta e achar que isso é atraso para o município. Isso é geração de emprego. Assim como os companheiros foram assentados no Beleza e em vários outros assentamentos que estão aí, é isso que precisamos para Jaciara, porque lá não tem nenhum assentamento pela Reforma Agrária e pelo INCRA.

Então, é isso que nós esperamos. Que Deus venha iluminar essa luta e essa dificuldade de vocês, porque isso vai ser apurado. É como ouvimos uma companheira dizer no início: que nós temos medo deles baterem na gente. Foi a mesma que falou da questão de, às vezes, nós não conseguirmos chegar. Mas eu acho que vocês unidos em cada associação, fazendo o encaminhamento de vocês, com certeza, a resposta para todos esses problemas vocês terão. Nós sempre acompanhamos de Juscimeira, e aqui é lugar de trabalhador sério e pessoa valente. Com certeza, não vai ser uma minoria que vai enfiar a palavra na boca de vocês. Porque vocês vão resolver todos esses problemas com fé em Deus. Muito obrigado a todos (PALMAS).

Só mais um minuto. O companheiro Eliseu tinha colocado aqui a questão da retomada de lote, que era um projeto que o INCRA tinha adotado que é a moralização da reforma agrária. Quanto a isso aí eu acho que alguns de vocês têm conhecimento. No Pontal do Areia iniciou-se esse processo. Mas o que acontece? Não estou falando como porta-voz do INCRA, estou falando como trabalhador. Nós temos acompanhado atentamente isso daí e vimos que essa moralização, da forma como se vem trazendo, parece estar é desmoralizando. Porque, de antemão, era pra tirar todo aquele que não é parceiro do INCRA. Vocês sabem que todos assinaram um documento onde há a obrigação de morar, produzir e estar dentro do lote. Aquele que vendeu, nem se fala, nem se discute, ele perdeu, ele infringiu a lei. Essa é uma questão que tem gerado muita polêmica nos assentamentos.

No caso do Beleza, que vou citar aqui como exemplo, nós sabemos que têm várias vendas ou permutas, e sabemos que têm várias injustiças: companheiro que era dono de lote, hoje está sem lote. E é assim não só no Beleza. Nós sabemos que em vários outros assentamentos existe essa dificuldade. Mas na questão especificamente da retomada, o INCRA ainda está fazendo aquele sistema de apuração. Aqueles que foram notificados e que não estavam dentro do lote, os processos estão indo para a Procuradoria e vão ser julgados. E aí o que acontece? Uma vez o processo sentenciado pelo Ministério Público, o INCRA tem que fazer o quê? Tem que fazer o papel de execução: tem que vir e retomar o que é da União, porque quanto ao lote que ainda não foi titulado,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

vocês sabem claramente que não são donos, são parceiros do INCRA. Então, é nesse sistema que o INCRA vem com o respaldo da Justiça fazer a retomada. Mas eu acho que essa é outra discussão. Os companheiros que estão aí com esse problema e que não são parceiros do INCRA, vocês em assentamentos, cada um tem uma opinião a respeito disso. Eu acho que é uma discussão em que os companheiros têm que se organizar dentro do assentamento e procurar somar com o INCRA, buscar o INCRA e tentar resolver esse problema. Porque o INCRA está de portas abertas. O INCRA é empregado de vocês, pois é um órgão público e sempre se coloca à disposição. Então, não esperem, talvez, o problema chegar à execução. Procurem esclarecer claramente essa questão, porque, às vezes... Não adianta... Eu, numa audiência em Rondonópolis, cobreí, na presença do Leonel, que ele dissesse de vez se faria a retomada ou que parasse com aquilo, porque o trabalhador não sabia o que fazer. Mas essa questão aí se trata de lei, e nós não podemos achar outra coisa. Nós temos que achar o que está estabelecido na lei. Eu não posso aqui publicamente assumir o papel de falar que a pessoa tem direito disso ou daquilo. Você tem direito àquilo que lhe é garantido pela lei. Se você é parceiro do INCRA e está fazendo o seu papel, eu acho que você está correto. Aquele que adquiriu o lote, ele tem que ter, primeiramente, consciência de que está errado. Estar errado não é defeito, mas insistir no erro, às vezes, se torna defeito. Então, procurem resolver e redimir essa situação. O INCRA está aberto a esses entendimentos. Vocês me desculpem, mas eu acho que esse também é um papel nosso, como trabalhador, de procurar valorizar mais esta terra, porque a dificuldade levou muitos companheiros a abandonar seus lotes. Nós sabemos que o trabalhador não é covarde, mas houve certas situações em que muitos não resistiram, não foram fortes como alguns de vocês que estão aí agüentando até hoje. Mas que acho que é uma questão que tem que ser discutida com o INCRA para ser resolvida. Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Eliseu.

O SR. ELISEU - Eu só quero agradecer o esclarecimento, porque existem muitos comentários, e nós fazemos a pergunta perante todos para todos saberem a realidade. Porque muitas vezes dizem: “Se vendeu, vai tomar, vai isso, vai aquilo”. Ele foi bem claro. Esclareceu como será procedido. Será através da Justiça que se decidirá quem tem direito a terra e quem não tem. Mas, na realidade, quem compra não deve vender. A realidade é essa.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero aqui dizer o seguinte: a respeito dessa questão das áreas, Eliseu, eu quero aqui colocar que se o trabalhador é um cliente da reforma agrária, provando que não comprou a área, mas, sim, que houve, vamos supor, uma substituição, ele tem direito. Agora, se realmente provar que ele não é cliente da reforma agrária, ele vai perder o lote. Isso tem que jogar bem claro com o trabalhador. E o problema não é com a gente, não. O problema é com a Justiça Federal e com o Ministério Público Federal.

Vou ler umas perguntas aqui: “Gostaria de saber porque não veio o representante da CONAB para comprar nossos produtos” - Maria.

Olha, Maria, na verdade nós íamos discutir hoje o crédito fundiário, mas nem crédito fundiário nós discutimos hoje. Nós viemos discutir compra de área para fazer assentamento, mas nem isso nós discutimos. Nós discutimos estrada e assentamento, transporte escolar e eletrificação.

Maria: “Gostaria de saber se para fazer reforma agrária tem que pegar inscrição-mensalidade. Eu sou da União da Vitória e gostaria de saber se isso é legal, porque nós pagamos.”

Quanto a isso eu quero dizer o seguinte: eu sou contra qualquer encaminhamento que cobre qualquer coisa de trabalhador. Eu não vou entrar no mérito dessa questão, não. Eu sou contra, até porque reforma agrária é algo que não pode ter esse tipo de encaminhamento.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Outra pergunta. José Carlos: “Nós do Assentamento Geraldo Pereira não somos indiferentes. Estamos na mesma situação dos outros assentamentos. A vida crítica em que vivemos é muito triste e vergonhosa. Pedimos que olhem por todos nós. Somos humanos e merecemos respeito por mais importantes que vocês sejam. Agradecemos sua atenção.”

Eu quero dizer ao Geraldo Pereira que vocês estão convidados a estar juntos. Inclusive, quero cumprimentar os líderes que estão aqui. O Vivaldo está aí? Levante, Vivaldo Alves Coutin, representante do Núcleo V. Sr. Vivaldo, muito obrigado. Amanhã o senhor pode vir aqui, porque é importante a presença da comunidade aqui amanhã cedo com o prefeito. O Sr. Antenor Moreira dos Santos, representante do Núcleo IV, está aí? A Sr<sup>a</sup> Aone Silva Pessoa, representante do Núcleo II, está aí? Está, e eu tive com ela agora.

O Afonso quer fazer um esclarecimento, e, então, nós vamos encerrar a reunião com alguns compromissos. Primeiro compromisso: estar amanhã, às 08:00 horas, aqui na prefeitura. Segundo compromisso: nós vamos passar no Ministério Público. E, em terceiro lugar, se o Ministério Público não estiver aqui, amanhã mesmo nós vamos acertar um ônibus para ir a Cuiabá denunciar no Ministério Público ao Dr. Paulo Prado, Procurador-Geral do Estado. Por que ele ainda não reteve o dinheiro do Estado de Mato Grosso, uma vez que não se está fazendo transporte escolar?

Com a palavra o Sr. Afonso.

O SR. AFONSO - Aos companheiros que queriam a posição da companheira da CONAB, que é a Carmelina - ela faz parte do PAA -, nós temos o celular dela aqui. Depois nós o deixamos aí com a assessoria do Deputado Zé Carlos do Pátio. Se algum companheiro quiser entrar em contato com ela, pode ligar que ela vem fazer uma visita a vocês no próprio assentamento.

E quero esclarecer a companheira Maria que as mensalidades na associação têm um único objetivo: não é o de arrecadar dinheiro, mas o de custear as despesas, porque associação não tem fundo e não é poder público. Quem faz a reforma agrária é o trabalhador que contribui. Agora, se estiver errado, se ela estiver pagando alguém e o dinheiro estiver sendo mal usado, ela tem que denunciar. Isso é caso de cadeia. Eu faço parte lá, e se estiver errado, ela tem que por na cadeia. Ela está certinha.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Vocês entenderam? Pessoal do Beleza, nós alugaremos um ônibus, amanhã, para vir aqui, porque nós vamos ao Ministério Público e à prefeitura. O pessoal do Santo Expedito virá num carro com a comissão. Se precisar nós os ajudaremos. E ao pessoal do Geraldo Pereira, se quiser vir, nós vamos dar todo o apoio.

Amanhã nós definiremos a ida a Cuiabá para denunciar no Ministério Público em Cuiabá, e para ter uma audiência com a Secretária Ana Carla, terça-feira de manhã. Vamos ver se nós resolvemos isso.

Se não resolver, pelo menos, o Procurador Paulo Prado terá que bloquear o dinheiro do Estado. Ele terá que bloquear o dinheiro do Estado. Nós não podemos aceitar isso que está aí, não, de aluno sem poder ter acesso à educação. Isso é um absurdo!

Então, neste momento eu quero dizer o seguinte: era para nós discutirmos o crédito fundiário, que é uma alternativa de reforma agrária. Não houve a possibilidade, porque os problemas aqui foram muito fortes. Eu estou vindo de mais de dez reuniões no Araguaia, um povo sofrido, mas eu não vi uma reunião tão polêmica igual a esta. Eu não esperava, não. Realmente a situação aqui é crítica mesmo. Mas no Araguaia não tem energia, também, não. Lá não tem nem energia, não é ligado nem no Sistema Nacional de Energia.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO**  
**FUNDIÁRIO, REALIZADA EM JUSCIMEIRA, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2006, ÀS 15:00**  
**HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Então, o nosso objetivo nesta audiência pública não foi atingido em parte, na questão do crédito fundiário, mas foi atendido por outro lado, uma vez que eu fiquei sabendo dos problemas de vocês. E amanhã virei a Juscimeira, pessoalmente, acompanhar essa questão de vocês. Portanto, amanhã, às 08:00 horas, eu estarei na prefeitura.

Neste momento, eu declaro encerrada esta audiência pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Isabel Luíza Lopes;
- Revisão:
  - Laura Yumi Miyakawa;
  - Nilzalina Couto Marques;
  - Ila de Castilho Varjão.

\* Degração de fita cassete.